

## MINHA INTERVENÇÃO NA CONFERÊNCIA “ CICLO DE ESTUDOS DA CIDADANIA FISCAL”

Realizada no Internato Estudantil do Porto Novo  
Porto Novo, 23 de Setembro de 2014

Muito boa tarde a todos!

- Sra. Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo,
- Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Porto Novo,
- Sr. Professor Dr. Marcílio Miranda Neto,
- Sr. Delegado do Ministério da Educação,
- Sr. Dr. Segesmundo Vieira,
- Sra. Dra. Odete Andrade,
- Srs. Restantes Elementos da Comitiva vinda da cidade da Praia,
- Srs. Responsáveis dos Serviços Desconcentrados do Estado,
- Srs. Responsáveis Locais das Empresas Estatais e Privadas,
- Senhoras e Senhores Convidados.

É com enorme prazer que agradeço a vossa presença que honra a Repartição de Finanças do Porto Novo e a Direcção Geral das Contribuições e Impostos. Este prazer tem um sabor especial porque é a primeira vez na história que as Finanças realizam um evento de grande interesse para o público, fora da área designada de “centro do país”, ou seja, a cidade da Praia – capital e a cidade do Mindelo, a segunda maior cidade do país.

Senhoras e Senhores,

É um privilégio receber nesta ilha majestosa e bela, de gente bonita e simpática que sabe o que é de facto a “*morabeza*”, tão ilustre palestrante, o Prof. Dr. Marcílio, uma personalidade com enormes predicados no mundo do conhecimento.

Senhoras e Senhores,

O mundo apresenta anomalias e contrastes impressionantes, muitos dos quais as pessoas costumam notar e comentar quando abordam os problemas globais:

- Nunca antes houve tanta riqueza, mas ainda assim a miséria é generalizada, e o fosso entre os mais ricos e os mais pobres não dá sinal de diminuir, antes pelo contrário;

- Nunca antes acumulou-se tanto conhecimento, e no entanto a ignorância e o preconceito estão disseminados;

- Nas últimas décadas, a capacidade da ciência e da tecnologia se desenvolveu num ritmo atordoante, mas muitas vezes até os problemas mais simples parecem insolúveis.

Há outras anomalias comentadas com menos frequência, mas sobre as quais pode haver boas notícias ou algum optimismo:

- Continua ocorrendo graves violações dos direitos humanos em muitas partes do Mundo, mas hoje são mais divulgados do que nunca;

- A globalização económica, que caminha para o estabelecimento de um mercado comum mundial, vem apagando muitas das diferenças entre pessoas e povos, mas a diversidade continua a prosperar;

- Prossegue a destruição do meio natural, mas o activismo ambiental cresce em todo o Mundo.

Tudo isso representa actos de cidadãos – pessoas comuns – que oferecem resistência contra decisões dos detentores do poder ou apoiam-nas, o que significa simplesmente o **exercício da cidadania**.

Para que haja cidadania deve haver liberdade de expressão e de reunião, mas também a responsabilidade, o respeito e a dignificação devem estar presentes. Se houver esta interligação entre o cumprimento dos deveres e o respeito pelos direitos a **vida cívica** se torna ampla e teoricamente se vive em democracia.

A democracia, sem dúvida, é um sistema imperfeito, passível de ineficiência, com muitas decisões difíceis de tomar e mais difíceis ainda de implementar, por isso em muitos lugares, a democracia parece seguir de mãos dadas com leis frouxas e padrões de comportamento político menos exigentes, e, o facto de governos, partidos ou líderes agitarem a bandeira democrática não quer dizer lá muita coisa. Apesar de tudo isso, a democracia contém um princípio fundamental muito atraente, que se expressa numa única frase: nela, podemos estar errados.

Neste contexto, os detentores do poder podem estar errados, suas posições e políticas precisam submeter-se à avaliação popular de tempos em tempos. Esta concepção, em alguns sistemas de governo está tão implementada que existe limite legal para o número de mandatos que um governante pode exercer.

Para que tudo isso aconteça é preciso, em primeiro lugar, haver um conjunto de leis que resguardem os direitos fundamentais e que as acções dos governos sejam transparentes e passíveis de responsabilização, e em segundo lugar, os cidadãos precisam demonstrar mais interesse por questões como o meio ambiente, a guerra, a paz, a globalização, os impostos e a liberdade e dedicar esforços bastantes para mudar alguma coisa com sentido de responsabilidade.

Para que haja liberdade, democracia, investimento e desenvolvimento é necessário que a população contribua e ajude o Estado nessa gigantesca tarefa. Para que haja boas estradas, bons portos, bons hospitais, bons aeroportos, estádios, barragens, liceus, professores, médicos, enfermeiros, mecânicos, escolas, medicamentos, o Estado sozinho não consegue e aí os cidadãos são chamados a participar com dinheiro e isso chama-se **cidadania**. O dinheiro é a grande fonte de privilégios e vantagens e a sua falta, bem pelo contrário – é pobreza – e isso vale tanto para os governos quanto para os indivíduos. Os países mais ricos têm maior margem de manobra quando precisam aplicar recursos e os países pobres são obrigados a recorrer a empréstimos o que origina dívida interna e externa e se esse dinheiro não for usado para investir, ou seja, para criar benefícios futuros, mas para cobrir despesas imediatas ou pagar problemas herdados, aí a dívida aumenta e enreda-se numa armadilha, o que torna ónus permanente.

Entretanto, vale ressaltar que os direitos do cidadão, contidos na Constituição da República não estarão, de facto, consagrados se não houver uma constante luta dos grupos sociais para a garantia dos mesmos. Apesar da existência de uma Carta magna, que estabelece igualdade de direitos, justiça social e dignidade humana, o que se constata é uma grande desigualdade social, decorrente da falta de educação ou da existência de um sistema educacional inadequado, gerando mais pobreza, aumento da violência e conseqüentemente, a exclusão social.

Portanto, só se pode falar numa relação Estado/cidadão, harmoniosa, quando o Estado e o cidadão buscarem juntos, desenvolver políticas públicas que resultem em melhoria da qualidade de vida reduzindo a exclusão social, quando todos, Estado, sociedade e o indivíduo tomarem consciência de suas responsabilidades e obrigações. Aí, sim, vamos poder afirmar que o Estado, a sociedade e o cidadão têm uma relação harmoniosa, que é o que se espera numa **nação cidadã**.

Mas para que isso ocorra, de facto, devemos enfatizar a importância de uma política educativa que vise o desenvolvimento de um processo educacional em todas as modalidades de ensino, de forma interdisciplinar, que aborde, além dos conceitos de Estado, de Sociedade e de Cidadania, a essencialidade da participação de cada indivíduo no desenvolvimento das políticas públicas, **contribuindo**, e, ao mesmo tempo, **fazendo o controlo social**. Agindo como um **fiscalizador das acções dos gestores públicos** bem como, colocando-se como **parceiro destes em busca do bem comum**. Este é o caminho a ser percorrido. O caminho da Educação.

Obrigado!

Jorge Eduardo Pires Monteiro  
Chefe da Repartição de Finanças do Porto Novo